

HABEAS CORPUS Nº 515.360 - SP (2019/0168039-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : ROBERTO EDSON IGNACIO
ADVOGADO : ROBERTO EDSON IGNACIO - SP309508
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : YAN COSTA MARIANO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Yan Costa Mariano**, preso preventivamente pela prática, em tese, do crime de tráfico de drogas (apreensão de 2 invólucros plásticos contendo cocaína, 48 comprimidos de *ecstasy*, 1 aparelho celular, além da quantia de R\$ 157,00 - cento e cinquenta e sete reais), em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou a ordem no *writ* ali impetrado (HC n. 2098042-89.2019.8.26.0000), mantendo a prisão preventiva imposta ao paciente nos Autos n. 1500184-96.2019.8.26.0556, pelo Juízo de Direito do plantão da 13ª Circunscrição Judiciária da comarca de Araraquara/SP.

Alega o impetrante constrangimento ilegal consistente na decretação da prisão preventiva do paciente sem fundamentação idônea, com base na gravidade abstrata do delito (fl. 5).

Sustenta que o paciente *faz jus à chance de responder ao processo em liberdade* e que a quantidade de drogas encontrada em sua posse *não encerra um requisito para a manutenção da prisão preventiva* (fls. 5/6).

Postula, ao final, a concessão liminar da ordem (fl. 9).

É o relatório.

A liminar em *habeas corpus* justifica-se quando existe flagrante ilegalidade, sendo por isso medida extraordinária. Exige, também, a análise rigorosa e cumulativa acerca dos elementos autorizadores de sua concessão: o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*.

No presente caso, após a leitura das peças que instruem estes autos, não

enxerguei constrangimento ilegal a justificar o acolhimento do pleito cautelar *initio litis*.

Sobre a custódia cautelar, ficou consignado, no acórdão impugnado, o seguinte (fls. 187/189 – grifo nosso):

[...] O paciente foi apreendido em flagrante por infração ao artigo 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06 no dia 18 de abril de 2019, porquanto **surpreso, ao lado de Kaique César de Moraes, transportando em automóvel 02 (duas) porções de cocaína pesando cerca de 50 gramas, além de 51 (cinquenta e um) comprimidos de ecstasy, já prontos para a disseminação. Indagado, confessou que os narcóticos seriam vendidos em uma casa noturna da cidade de Araraquara.**

Vale dizer, **a quantidade e forma de acondicionamento das drogas, aliadas às circunstâncias da diligência, evidenciam, com as reservas do instante processual, a prática da mercancia proscrita**, e dela derivam as consequências penais que lhe são próprias.

Em outras letras, presente prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, tem-se a base para a custódia cautelar, concebida ainda a natureza da imputação, como a pena a ela correspondente, de modo que se entenda passível da medida questionada.

[...] Bem por isso, aplicação de medida cautelar diversa da que restrinja o proceder, e a liberdade no todo, não se revela adequada, tampouco suficiente.

E isso, no geral, foi bem aquilatado na origem; o magistrado, após discorrer brevemente acerca das provas já coligidas aos autos, considerou haver indícios suficientes acerca da existência do delito e de sua autoria para a manutenção da segregação cautelar do paciente, para evitar que se ausente do distrito da culpa, como forma de se garantir a ordem pública e evitar-se sentimento de impunidade capaz de causar sublevação da sociedade local.

Nesse ponto, merece relevo trecho da decisão que manteve a prisão preventiva do paciente (fls. 113/115): “Com efeito, é atribuído aos acusados o cometimento de crime grave - tráfico de entorpecente.

A pena máxima do crime é superior a 04 (quatro) anos.

Foram localizados relevante quantidade de cocaína e diversos comprimidos de ecstasy, entorpecentes que possuem elevado potencial lesivo, além de 02 (dois) aparelhos celulares e a quantia de R\$ 157,00 (cento e cinquenta e sete reais) em dinheiro.

O próprio acusado Yan Costa Mariano, perante a Autoridade Policial, confessou a prática delitiva, declarando que pegou as drogas na cidade de Jaboticabal/SP e dirigia-se para uma festa na cidade de Araraquara/SP na companhia de Kaique Cesar de Moraes.

Conforme se depreendem das pesquisas de distribuição criminal e folhas de antecedentes, o autuado Yan Costa Mariano é reincidente específico, inclusive na data dos fatos cumpria pena em processo de execução criminal (PEC nº 0003483-40.2018.8.26.0347).

Tudo isso indica, ao menos em princípio, que o acusado faz do tráfico sua atividade habitual, não possuindo qualquer condição de permanecer em liberdade.

[...]

Como se vê, a prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido

demonstradas pelas instâncias ordinárias, com base em elementos extraídos dos autos, a periculosidade do agente e a necessidade de se evitar a reiteração delitiva, tendo o Tribunal de origem destacado trechos da decisão que manteve a prisão preventiva do paciente, afirmando que *o autuado Yan Costa Mariano é reincidente específico, inclusive na data dos fatos cumpria pena em processo de execução criminal* (fl. 123), não havendo, desta feita, falar em falta de requisitos ensejadores da decretação da custódia preventiva.

A teor da jurisprudência desta Corte, *a garantia da ordem pública, para fazer cessar a reiteração criminosa, é fundamento suficiente para a decretação e manutenção da prisão preventiva* (RHC n. 55.992/SP, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 16/4/2015). Confirmam-se ainda: RHC n. 108.692/MG, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 24/5/2019; HC n. 481.404/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 10/5/2019; e RHC n. 107.989/PR, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 7/5/2019.

Ademais, a motivação que ampara o pedido liminar se confunde com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indeferio-a**.

Solicitem-se informações à autoridade coatora e ao Juízo de primeiro grau acerca da atual situação do paciente e do andamento da ação penal.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator